

## 2

### **Estudos empíricos e fundamentação teórica**

#### **2.1.**

#### **Desigualdades de oportunidades no ensino superior: principais resultados empíricos, estratificação vertical e horizontal**

O problema da dimensão social das desigualdades educacionais e da seleção escolar é colocado, na pesquisa empírica, a partir da constatação, na década de 60, das relações entre a origem social dos estudantes e suas condições de acesso ao sistema de ensino. Diversos estudos empíricos, em vários países, verificaram que as desigualdades sociais, étnicas e culturais eram fatores determinantes na seleção escolar, seja em relação ao acesso dos estudantes à educação formal, como também no seu desempenho escolar (Forquin, 1995). Na década de 70, os estudos sobre as variações dos efeitos da origem social sobre o destino escolar ao longo do tempo, nos contextos de expansão da oferta de ensino nos países europeus e nos Estados Unidos na segunda metade do século XX, propuseram interpretações discrepantes sobre os achados empíricos. Boudon (1981), observando a variação das taxas de escolarização entre diferentes estratos populacionais na França na década de 60, identifica uma redução dos efeitos da origem social ao longo do tempo, a partir da constatação de que o aumento relativo das taxas de escolarização dos estudantes das classes operárias foi, no período, bastante superior aos das classes superiores, embora a disparidade das taxas absolutas entre os estratos sociais fosse ainda considerável. Spady (1967), por sua vez, observa um crescimento dos efeitos da origem social sobre o acesso à escola entre diferentes coortes nos Estados Unidos, a partir de dados censitários da década de 60, comparando as diferenças entre as taxas de escolarização dos indivíduos com pais de diferentes níveis de escolaridade. Duncan (1967) e Hauser e Featherman (1976), também trabalhando com os dados americanos, destacam a manutenção dos efeitos da escolaridade dos pais e do status ocupacional do chefe de família, mesmo com o grande aumento dos níveis de escolarização e redução das desigualdades de gênero, raciais e regionais.

A discrepância entre as interpretações sobre as variações dos efeitos da origem social sobre as oportunidades de escolarização era devida então, entre outros motivos, à falta de uma proposta metodológica consensual sobre como avaliar quantitativamente as desigualdades educacionais. Mare (1981) avalia criticamente diferentes modelos de estratificação educacional, reconcilia os resultados conflitantes das pesquisas à época com as análises anteriores, e propõe o modelo das transições escolares como o mais adequado para a observação dos efeitos da origem social sobre as desigualdades escolares. Neste tipo de modelo são observadas as probabilidades condicionais de estudantes de diferentes origens sociais continuarem na escola nas transições entre níveis escolares, com base em um modelo logístico. O autor defende este modelo como o que permite a melhor observação dos efeitos da origem social sobre as escolhas escolares em comparação com outros modelos mais convencionais, como os modelos lineares que observam a quantidade de anos de estudo entre diferentes estratos populacionais.

Pesquisas empíricas realizadas de acordo com o modelo proposto por Mare observaram a manutenção dos efeitos dos fatores socioeconômicos sobre as oportunidades educacionais mesmo sob condições de crescimento das matrículas e na presença de políticas promotoras de equidade educacional (Mare, 1981; Raftery e Hout, 1993; Shavit e Blossfeld, 1993). Em análise comparativa dos processos de expansão dos sistemas educacionais entre um grande número de países, Shavit e Blossfeld (1993) destacam a homogeneidade da estabilidade dos efeitos socioeconômicos sobre as oportunidades educacionais, denominada “persistent inequality”, em contextos bastante diferentes, como nos países desenvolvidos (Europa ocidental, Japão e Estados Unidos), em desenvolvimento (Coréia, Taiwan e Argentina) e pós-socialistas (Polônia, Hungria e Tchecoslováquia). Ressaltam que os sistemas de ensino analisados foram objeto de reformas para a redução das desigualdades educacionais, como a redução dos custos associados à educação e das exigências para o ingresso nos níveis superiores e a utilização de sistemas de cotas para grupos sociais desfavorecidos.

Estas observações pautam uma hipótese que procura explicar a manutenção dos efeitos da origem social sobre as desigualdades educacionais em contextos de expansão do número de matrículas. A hipótese da “desigualdade sustentada ao ponto máximo” - DSM (Maximally Maintained Inequality – MMI) propõe que as desigualdades de acesso à educação, em um determinado nível de ensino, são mantidas nos mesmos níveis até que os estratos privilegiados da população tenham pleno atendimento ao nível de ensino em questão (Raftery e Hout, 1993). Quando o número de vagas de um nível de ensino sofre um grande aumento, as novas oportunidades educacionais são oferecidas a todos os estratos populacionais. Nesses contextos de crescimento das matrículas, os estudantes de maior nível socioeconômico utilizariam suas vantagens comparativas em relação ao sistema educacional para ampliar seu acesso a um determinado nível de ensino em razões tais que, mesmo com o crescimento absoluto do acesso dos estudantes de famílias de condições desfavorecidas, as razões das chances de acesso dos primeiros em relação não sofreriam alterações significativas.

Os resultados destas pesquisas também verificaram que os efeitos da origem social sobre o acesso ao sistema escolar reduziam-se nas transições para os níveis mais altos de ensino, em relação aos níveis primários. Na transição do ensino médio para o ensino superior foram observados os menores efeitos, pois a seleção escolar mostrava-se, nesses países, mais severa nos primeiros anos da trajetória escolar.

Estas observações empíricas, embora consistentes num grande conjunto de países, comportam exceções. Entre estas está o caso da Holanda (Shavit e Blossfeld, 1993), onde as desigualdades educacionais reduziram-se entre as coortes, do Chile (Torche, 2002, 2005), onde a expansão do sistema educacional acompanhada de um aumento dos custos associados ao ensino teria ocasionado o aumento dos efeitos da origem social sobre o acesso ao sistema escolar, e da Rússia (Gerber, 2004), onde a abertura dos mercados no período pós-soviético teria tido efeito análogo sobre as chances de acesso ao ensino superior. Mais recentemente, estudos em países onde o ensino médio aproxima-se da universalização verificam também o deslocamento dos efeitos de seleção escolar para o nível superior de ensino (Shavit, et al., 2003). Estes

achados, entretanto, não invalidam a hipótese DSM. Assim, o acesso aos níveis mais elevados do sistema educacional atualmente, num grande conjunto de países, seja pela universalização do nível médio de ensino, seja pela sua grande expansão mesmo na ausência de universalização, é o mais sensível para os processos de seleção escolar. É possível observar, num grande conjunto de países, que a universalização da educação nos níveis mais elementares do sistema proporcionou uma redução das desigualdades de acesso; esta tendência, entretanto, não se mantém ao longo da trajetória escolar dos estudantes, uma vez que a universalização do nível superior só foi alcançada em poucos países. Assim, a educação superior, especialmente, mantém-se fortemente seletiva.

Shavit, Arum, Gamoran (2007) analisam a variação das chances de acesso ao ensino superior em 15 países. Na Itália e em Israel, onde o acesso ao ensino superior dos concluintes do ensino médio supera os 80% de atendimento, verifica-se a redução das desigualdades de acesso. Além desses países, a redução também é observada no Japão e em Taiwan, com taxas de atendimento de cerca de 60%. Nestes países o crescimento das matrículas no ensino superior superou o crescimento do atendimento no nível médio de ensino. Os resultados, entretanto, não são lineares. O caso da Inglaterra é uma exceção entre os países com atendimento superior aos 80%, pois o país registrou pequeno crescimento das desigualdades de acesso, assim como outros países cujo atendimento é da faixa dos 60%. Mesmo assim, os autores afirmam que seus resultados tendem a ratificar o enunciado da hipótese DSM, uma vez que é verificada uma correlação entre as taxas de atendimento e a redução das desigualdades.

De forma geral, a relação existente entre as desigualdades sociais e o acesso diferencial a determinados níveis de ensino configura a dimensão vertical da estratificação educacional. A revisão crítica destes investimentos na análise empírica comparativa procura incluir as desigualdades escolares que existem internamente aos níveis de ensino. Grande parte dos sistemas de ensino mantém alguma forma de diferenciação qualitativa nos níveis básicos de ensino, e no nível superior as diferenças entre instituições e áreas de formação são evidentes. Estas diferenças,

como no caso anterior, estão relacionadas com as desigualdades socioeconômicas e constituem a dimensão horizontal da estratificação educacional.

A hipótese da “desigualdade efetivamente sustentada” - DES (Effectively Maintained Inequality – EMI), revisão da hipótese DSM, proposta por Lucas (2001), considera as diferenças qualitativas entre as diferentes trajetórias escolares, sejam institucionais ou curriculares. Propõe que as desigualdades de acesso à educação são mantidas mesmo na universalização dos níveis de ensino, quando todos os estratos da população têm pleno atendimento, por meio das hierarquias entre as possíveis trajetórias de escolarização, onde os efeitos da origem social podem ser observados no acesso diferencial de estudantes de estratos sociais privilegiados às oportunidades educacionais de maior prestígio na maioria dos sistemas de ensino (Lucas, 2001).

Na educação de nível médio, uma das formas de distinção é, em muitos países, entre o ensino acadêmico, que objetiva a formação para as universidades, e o ensino vocacional, técnico. No Brasil, como em outros países, as diferenças entre os sistemas público e privado no ensino básico são relevantes. No nível superior a diferenciação é mais complexa e muito diferente entre os diversos países. Além da multiplicidade de áreas de formação, grande parte sustenta sistemas que têm, entre as universidades de pesquisa, com processos seletivos mais rígidos, um subsistema diferenciado por seu prestígio e pelos retornos sociais advindos da trajetória específica de formação.

Segundo alguns autores, a distinção dos diplomas do ensino superior em função da hierarquia de prestígio entre as instituições de ensino está relacionada com as diferentes oportunidades passíveis de serem alcançadas no mercado de trabalho pelos egressos. Karen (2002) afirma que um representativo conjunto de estudos confirma a existência de efeitos da seletividade e recursos das instituições de ensino superior no futuro socioeconômico dos indivíduos que completam o ensino superior. As pesquisas neste campo verificam que a escolha da instituição de ensino pode ter efeitos sobre a educação continuada, a ocupação no mercado de trabalho (incluída aí a hierarquia interna às carreiras) e sobre os retornos salariais. Outros estudos também focalizam ganhos de natureza não socioeconômica aos egressos de instituições de prestígio, como a satisfação pessoal. Existem evidências sobre diferenças no retorno à

educação provenientes de diferentes trajetórias educacionais reportadas por Baudelot e Glaude (1989) e Goux e Maurin (1994). Ambos os estudos mostram que existe uma distinção entre os salários de indivíduos de acordo com o tipo de educação escolhida. Os estudos destacam uma clara hierarquia entre os retornos proporcionados pela mesma quantidade de anos de educação aos graduados em uma *Grande École* e aqueles que frequentaram uma universidade. No contexto francês, um engenheiro formado em uma *Grande École*, uma instituição universitária de elite, obtém um salário 25% maior, em média, do que um profissional formado numa universidade.

À jusante do processo de estratificação proporcionado pela hierarquia das instituições de ensino, Gerber e Cheung (2008) elencam quatro principais correntes teóricas que procuram explicar as diferenças salariais entre egressos de instituições de alta e baixa qualidade. De acordo com a teoria do capital humano, as instituições de alta qualidade podem desenvolver, em seus alunos, competências cognitivas e não cognitivas de forma mais eficiente, e tais diferenciais traduzir-se-iam em vantagens no mercado de trabalho. Esta maior eficiência estaria associada a fatores institucionais tais como a qualidade dos professores e recursos investidos, como também à maior habilidade média dos estudantes dessas instituições. Por outro lado, a teoria da sinalização defende que a origem institucional é um fator para a orientação dos empregadores, embora não necessariamente isto se deva a uma real maior qualificação dos egressos. A interpretação da teoria do capital social para as maiores oportunidades dos egressos das instituições de prestígio supõe que estes podem dispor de redes de relações sociais mais valorizadas do que outros indivíduos como mesmo desempenho acadêmico. Finalmente, as teorias que defendem os efeitos de seleção do sistema educacional explicam que a associação entre cursar uma instituição de alto prestígio e alcançar altos salários no mercado de trabalho se dá por meio de variáveis exógenas como a habilidade cognitiva ou a origem social, uma vez que estes são fatores determinantes para o acesso a tais instituições.

Independentemente das relações causais, conclui o autor, os estudos empíricos inevitavelmente observam que os profissionais egressos de instituições de elite têm maiores retornos econômicos do que o restante dos profissionais, e que poucas

pesquisas que têm por objetivo cotejar as diferentes abordagens são conclusivas. Entretanto, como poderemos verificar adiante, por meio da revisão dos trabalhos empíricos sobre o tema, tanto o acesso às instituições de alto prestígio quanto às áreas de formação socialmente mais destacadas é fortemente influenciado pela origem social, pela trajetória escolar e pelo desempenho dos estudantes, o que reforça as interpretações que recaem sobre a seletividade dos sistemas educacionais.

## 2.2. A seletividade das instituições de ensino

Uma vez reconhecidas as vantagens decorrentes da conclusão do ensino superior em instituições de prestígio, o acesso a tais instituições é uma questão afeta às desigualdades de oportunidades educacionais. Um conjunto de estudos americanos explora as desigualdades de acesso a instituições seletivas e suas variações ao longo do tempo, em razão da origem social dos estudantes. Turley et al (2007), que investiga não o acesso mas as escolhas dos estudantes por diferentes instituições, no contexto da transição do ensino médio para o ensino superior nos Estados Unidos, verifica que embora a influência da educação dos pais e da renda familiar nas chances de um estudante concorrer a uma vaga em qualquer instituição de ensino superior tenha-se mantido constante nas coortes de 1971, 1982 e 1992, sua influência nas chances de um estudante concorrer a uma instituição que oferece cursos de quatro anos de duração (*four-year colleges*), ou a uma instituição seletiva, teria aumentado entre as coortes, o que indica que a expansão do ensino superior nos EUA dirigiu, neste período, os estudantes de origem social menos privilegiada preferencialmente para as instituições que oferecem cursos de curta duração (*two-year colleges*). Segundo o autor, este efeito poderia ser explicado pelo menor valor das mensalidades escolares nos *community colleges* ou nas instituições menos seletivas; mas esta interpretação vê-se enfraquecida pelo fato de que o efeito do aumento da renda não cresceu de forma tão significativa quanto o da escolaridade dos pais.

Turley et al. (2007) também observa desigualdades quanto ao gênero. Embora as estudantes do sexo feminino tenham maiores chances tanto de concorrer a uma vaga no ensino superior em geral quanto nos *four-year colleges* do que os homens, suas chances de concorrer a instituições seletivas seriam comparativamente menores, controlados os outros fatores. Quanto à etnia, os resultados da pesquisa indicam que os estudantes negros e de origem hispânica teriam maiores chances de concorrerem a instituições de qualquer natureza, incluindo as instituições seletivas, mas que estas vantagens teriam diminuído no período, o que é debitado ao enfraquecimento das políticas afirmativas a partir da década de 80.

Hearn (1991) e Karen (2002) exploram os fatores que determinam o ingresso no ensino superior em instituições de diferentes níveis de seletividade também nos Estados Unidos, o primeiro tendo como referência o ano de 1980 e o segundo o ano de 1992, e em suas análises consideram não somente variáveis socioeconômicas como também acadêmicas, incluindo o desempenho e a trajetória escolar dos estudantes. Os resultados obtidos por Hearn (1991) indicam que os fatores acadêmicos teriam maior influência sobre o acesso às instituições seletivas do que a origem social, embora os efeitos desta última não possam ser negligenciados. Karen (2002), por sua vez, encontra equivalência entre os efeitos das variáveis socioeconômicas e acadêmicas. Os autores têm achados discrepantes em relação aos efeitos do gênero e da etnia – enquanto os resultados de Hearn indicam que os estudantes de origem negra e hispânica e do gênero feminino têm menores probabilidades de acesso às instituições mais seletivas, Karen somente observa essa tendência em relação aos negros, quando as variáveis acadêmicas não são consideradas. Quanto à educação dos pais e à renda familiar os resultados seguem o mesmo padrão, indicando os efeitos positivos destas variáveis sobre a seletividade, como também um pequeno aumento dos efeitos da escolaridade paterna e da renda entre 1980 e 1992. Considerando as variáveis acadêmicas, os resultados indicam que os estudantes negros e do gênero feminino teriam menores chances de ingresso nas instituições seletivas em comparação com os brancos e com os homens, e os efeitos da educação paterna e da renda não só persistem como parecem aumentar entre os dois períodos analisados.

O interessante trabalho de Persell et al. (1992) tem como objeto as desigualdades de gênero, e sua originalidade consiste em avaliar as diferenças, entre os gêneros, dos efeitos dos demais fatores comumente utilizados para analisar as desigualdades de acesso às instituições seletivas. Os autores identificam que, de maneira geral, os efeitos positivos da educação dos pais, da renda familiar, da raça (ser branco), do apoio familiar para a continuação nos estudos superiores e do desempenho escolar e outras variáveis acadêmicas têm menor influência para o aumento das probabilidades de acesso às instituições seletivas para as estudantes do sexo feminino, em comparação com os homens. Estes resultados indicam que as

mulheres teriam menor capacidade de mobilização das vantagens sociais, econômicas e culturais do que os homens, em prol do acesso às instituições seletivas.

Uma questão importante para a caracterização da hierarquia das instituições é identificar quais os critérios para sua diferenciação nos estudos aqui abordados. Hearn (1991) avalia tanto a seletividade das instituições, tomando como referência o desempenho mínimo dos estudantes ingressantes nos testes de proficiência, estabelecidos pelos processos seletivos de cada instituição, como também o dispêndio de recursos necessários para a manutenção dos estudantes, e conclui que, embora as tendências reveladas pelos dois modelos sejam semelhantes, o modelo baseado na seletividade tem maior poder explicativo quanto aos efeitos das desigualdades educacionais. Karen (2002), baseado em resultados do *National Center for Education Statistics* que indicam que o dispêndio por aluno é muito menos importante para a determinação dos salários dos egressos do que a seletividade, opta pelo critério do desempenho dos estudantes em testes padronizados para a classificação das instituições, embora, segundo o autor, os resultados do modelo baseado na discriminação das instituições pelos custos associados à educação não difiram significativamente do modelo com base na seletividade.

Estudos recentes procuram comparar a seletividade dos sistemas de ensino superior em diferentes países. Arum, Gamoran e Shavit (2007) analisam dados de 15 países quanto às características de seus processos de expansão dos sistemas de ensino superior e concluem que existe uma relação entre o aumento da oferta de vagas e a diferenciação institucional. De forma geral, os processos de expansão da educação superior nos países industrializados estariam associados à criação de um subconjunto de instituições menos seletivas para o qual seriam conduzidos os estratos menos privilegiados da população. Esta relação entre expansão e diferenciação, entretanto, comportaria variações entre os países. Os autores estabelecem uma classificação dos sistemas de ensino em três tipos. Num primeiro grupo estariam os sistemas unificados, onde a educação superior é oferecida por um conjunto de instituições homogêneo, as universidades de pesquisa, controladas por elites acadêmicas não propensas a apoiar processos de expansão, seja por meio da criação de novas

instituições ou pela expansão de suas próprias universidades. No conjunto de países investigados neste estudo, a Itália e a República Tcheca seriam os únicos exemplos de países com sistemas unificados. Um segundo tipo de sistema seria o diversificado, caracterizado por comportar um conjunto de instituições hierarquizadas por seu prestígio, recursos e pela seletividade dos professores e estudantes. Neste grupo estariam os Estados Unidos, Japão, Coréia do Sul, Suécia, Taiwan e Israel. Finalmente, o terceiro grupo incluiria os países cuja constituição da educação superior seria suportada por um sistema binário, com instituições de caráter acadêmico e instituições de perfil vocacional ou semiprofissional, como na Alemanha, Inglaterra, França, Rússia, Holanda e Suíça. Estas instituições cuja formação é focada no treinamento vocacional constituiriam o grupo menos seletivo e de menor prestígio desses sistemas.

A coexistência (ou mesmo a correspondência) dos processos de expansão e diferenciação do ensino superior suportaria, para estes autores, a hipótese de que o crescimento deste nível de ensino é primariamente um processo de distinção (*diversion*) que orienta os estudantes de estratos sociais menos favorecidos para instituições de ensino menos seletivas, reservando para as elites o privilégio de ocupar as vagas nas instituições de pesquisa de grande de tradição acadêmica que, conseqüentemente, proporcionam maiores oportunidades ocupacionais. Assim, a expansão dos sistemas de ensino superior comportaria dois fenômenos distintos – um processo de inclusão (*inclusion*), devido ao crescimento das oportunidades educacionais para todos os estratos sociais, e um processo simultâneo de distinção, que reservaria as melhores oportunidades de formação para os estratos sociais privilegiados.

A dinâmica dos processos simultâneos de inclusão e distinção suscita interpretações divergentes. Alguns autores argumentam que, quando o subsistema das instituições de menor prestígio se expande, as instituições de maior prestígio tornar-se-iam mais seletivas e as desigualdades de acesso a essas instituições aumentariam, intensificando o processo de distinção. Uma visão alternativa afirma que, com o crescimento da oferta de vagas pelas instituições de menor prestígio, as oportunidades

dos estudantes dos estratos menos privilegiados, que de outra forma estariam excluídos do sistema, aumentam, e que as instituições de primeira linha reduzem sua seletividade, como resultado da competição pela captação de estudantes, reforçando as tendências de redução das desigualdades e conseqüentemente o processo de inclusão (Shavit, Arum, Gamoran, 2007).

Em suma, é possível verificar uma concordância entre os achados empíricos, que confirmam os efeitos das vantagens socioeconômicas sobre o acesso às instituições de maior prestígio na educação superior, e que a seletividade é um importante indicador da hierarquia institucional. Entretanto, a distinção entre as áreas de formação é outra dimensão fundamental para o estudo da estratificação horizontal neste nível de ensino, com efeitos tão relevantes ou até mesmo mais agudos para as desigualdades educacionais quanto a seletividade das instituições.

### 2.3. O prestígio das áreas de formação

A diferenciação horizontal dos sistemas de ensino superior também é marcada por uma estratificação que perpassa as instituições de ensino, uma vez que, em seu interior, as áreas de formação são desiguais em termos de poder, prestígio e retornos econômicos. Independentemente do lugar que ocupa no ordenamento do sistema educacional, cada instituição é internamente dividida por força da hierarquia entre os cursos que oferece (Davies e Guppy, 1997). No âmbito dos estudos sobre a diferenciação horizontal em contextos de expansão, em comparação com os estudos sobre a seletividade das instituições, um conjunto menor de pesquisas é dedicado ao estudo da estratificação da educação superior segundo as áreas de formação, e seus resultados não são tão homogêneos. As pesquisas empíricas confirmam a hipótese de que a diferenciação horizontal no ensino superior depende das áreas de formação e procuram investigar seus efeitos de seleção sobre o alunado (Davies e Guppy, 1997, Ayalon e Yogev, 2005, Van de Werfhost et al., 2001, Jacobs, 1995). Assim como no estudo da hierarquia das instituições de ensino, as áreas de formação exercem um efeito de seleção sobre estudantes de diferentes perfis como também proporcionam diferentes oportunidades ocupacionais, variando entre si em termos de prestígio, seletividade e atratividade. Certas áreas são mais seletivas socialmente do que outras, e esta hierarquia afeta o perfil social de seus estudantes.

Segundo diferentes orientações teóricas, a hierarquia das áreas de formação é referida preferencialmente à composição social e escolar dos estudantes ou às oportunidades ocupacionais das diferentes carreiras. Seguindo a teoria da reprodução, Bourdieu e Passeron (2000) afirmam que a hierarquia entre as diferentes áreas de formação superior deve-se às características sociais e escolares de seu público. Os cursos que atraem as maiores proporções de estudantes procedentes das classes populares e que são egressos de instituições secundárias de menor prestígio seriam pouco valorizadas na hierarquia das áreas de formação. Por outro lado, para os trabalhos que se orientam pelas teorias da escolha racional, como no caso dos estudos empíricos sobre a diferenciação horizontal, as oportunidades ocupacionais

proporcionadas pelas diferentes áreas de formação são colocadas como as principais fontes do prestígio das áreas e, a este respeito, os salários dos profissionais são tomados como um dos principais indicadores.

Na relação entre as áreas de formação e as desigualdades educacionais a questão do gênero tem destaque, seja pelas grandes diferenças de acesso a determinadas áreas por homens e mulheres, seja pelo volume da produção científica sobre o tema. Como sinaliza Berggren (2008), o retorno econômico no mercado de trabalho é diferente para homens e mulheres, seja entre as áreas de formação, uma vez que algumas são tipicamente marcadas pela segregação em relação ao gênero, ou mesmo pelas diferenças salariais entre profissionais de sexos diferentes no contexto de cada área. Como alternativa para evitar os vieses de gênero, um dos indicadores de prestígio das áreas de formação utilizado nas pesquisas empíricas é a seletividade acadêmica, indicada pelas médias das notas mínimas aceitas para o acesso em cada área de formação nas instituições seletivas, assim como nos estudos da hierarquia das instituições de ensino.

As distinções de gênero orientam, em certa medida, a hierarquia das áreas de formação. Segundo alguns autores, as mulheres estão concentradas, tradicionalmente, nas áreas de educação, humanidades, artes e saúde, enquanto os homens são maioria nas áreas de engenharia, matemática, ciências e negócios (Gerber e Cheung, 2008, Berggren, 2008, Jacobs, 1995, Ayalon e Yogev, 2005), embora nas décadas recentes sejam identificadas tendências de aumento da participação de estudantes do gênero feminino em diversas áreas de tradicional predominância masculina, mediada muitas vezes pelo crescimento de subáreas nas áreas tradicionais. Baseado em revisão bibliográfica sobre o tema, Gerber e Cheung (2008) afirmam que existe uma tendência global de declínio da segregação de gênero em relação às áreas de formação, embora a taxas modestas.

Em seu estudo sobre a composição socioeconômica e étnica dos estudantes no ensino superior no EUA, Davies e Guppy (1997) acham evidências que concordam com os estudos de diferenciação institucional já vistos: estudantes de famílias de alto nível socioeconômico têm maiores possibilidades de frequentar instituições de ensino

seletivas em áreas de formação que oferecem maiores retornos salariais, em média, mesmo com os resultados controlados pela proficiência. Sua análise empírica, entretanto, é conduzida de forma a estabelecer os indicadores de estratificação segundo os dois eixos: a hierarquia tanto das instituições quanto das áreas de formação, utilizando como indicador de prestígio para as instituições de ensino a seletividade, medida pela média dos escores necessários nos testes para a admissão em seus cursos, e para as áreas de formação os salários médios de mercado.

Quanto às áreas de formação, os resultados da pesquisa de Davies e Guppy (1997) indicam que, sem considerar o desempenho escolar, somente o gênero mostrase como fator estatisticamente significativo em relação ao acesso a áreas de estudo consideradas lucrativas entre um conjunto de variáveis indicadoras da origem social dos estudantes analisadas, incluindo o nível socioeconômico e a raça. Considerando o desempenho escolar, que se mostra como um fator preponderante para o acesso às áreas de formação de grande retorno econômico (o que indica que os estudantes de maior desempenho têm maiores chances de acesso a estas áreas), a análise revela que os estudantes de menor nível socioeconômico têm maiores tendências ao acesso a estas áreas do que aqueles de mais privilegiados socialmente. Estes resultados levam os autores a concluir que os estudantes dos estratos sociais menos favorecidos e de alto desempenho escolar poderiam mobilizar suas vantagens acadêmicas no sentido de viabilizar o acesso às áreas de formação de maior prestígio social ou, simplesmente, mais lucrativas (como as áreas tecnológicas e de negócios). Uma interpretação alternativa, ainda segundo os autores, pode ainda considerar que, de forma complementar, os estudantes provenientes de famílias de alto nível socioeconômico mas de desempenho escolar abaixo da média, de acordo com suas menores expectativas acadêmicas, escolheriam áreas de formação de base cultural e de menor retorno econômico (como artes, jornalismo ou literatura), seguindo as idéias, segundo os autores, quanto à propensão das elites em viabilizar a reprodução de seu capital cultural.

Investigando as chances de acesso às instituições seletivas em áreas de formação de alto prestígio os resultados desta pesquisa novamente indicam que

estudantes do sexo masculino têm vantagens sobre as estudantes. Sem considerar o desempenho, os estudantes de menor nível socioeconômico e negros têm menores chances de acesso às instituições de elite. Estes efeitos não são significativos, entretanto, quando o desempenho escolar é considerado. Considerando estudantes de mesmo desempenho, somente são significativos os efeitos do gênero, positivo para os homens, da idade, que favorece os estudantes mais jovens, e do que os autores consideram uma medida de recursos culturais, que inclui a assinatura de revistas e jornais e a frequência a bibliotecas.

Ayalon e Yogev (2005) examinam a hipótese de que as oportunidades abertas aos estudantes de estratos menos privilegiados pela expansão e diversificação do sistema de ensino superior de Israel, nas décadas de 80 e 90, dependem da hierarquia entre instituições e áreas de formação. O crescimento da oferta de ensino, baseado na expansão de vagas em instituições menos seletivas que as universidades tradicionais, os *colleges*, teria proporcionado o aumento das chances de acesso ao ensino superior aos grupos de menor nível socioeconômico. Além disso, os autores trabalham com a hipótese de que estes estudantes também têm maiores chances de acesso às áreas de formação menos seletivas, ou às áreas mais seletivas em cursos que possuem currículos diferenciados em relação aos das universidades. No caso de Israel, nem todos os cursos oferecidos nos *colleges* nas mesmas áreas de formação dos cursos oferecidos pelas universidades podem ser considerados equivalentes. Nas áreas de tecnologia, educação e artes os *colleges* oferecem currículos de caráter mais prático do que acadêmico, como nas universidades. Nas áreas de negócios, direito, arquitetura e ciências sociais os currículos são equivalentes. Utilizando como critérios de diferenciação entre instituições a clivagem entre as universidades de pesquisa e os *colleges*, e entre as áreas de formação sua seletividade em termos de desempenho acadêmico, os autores concluem que a expansão do sistema de ensino superior em Israel permitiu a redução das desigualdades de acesso somente nas áreas de formação que proporcionam vantagens sociais limitadas.

Na análise do acesso às instituições, sem distinção entre as áreas de formação, os autores verificam que os estudantes de maior idade, do gênero masculino, de

grupos étnicos socialmente desfavorecidos e com pais de menor escolaridade têm menores chances de acesso às universidades, o conjunto de instituições de maior prestígio. Estendendo a análise às áreas de formação, Ayalon e Yogev (2005) têm por hipótese, em relação à área de educação, que os *colleges*, instituições de menor prestígio, que oferecem cursos de perfil mais orientado para o treinamento de professores, em comparação com os currículos adotados pelas universidades, de caráter mais teórico e orientado para a pesquisa, estariam mais abertos aos estudantes que não pertencem às elites socioeconômicas. De fato, os resultados indicam que os estudantes de grupos étnicos socialmente desfavorecidos, residentes em áreas periféricas e com pais de menor escolaridade e de menor desempenho acadêmico têm maiores chances de acesso aos *colleges*. Ainda com respeito à área de educação, os dados indicam que o gênero, a renda familiar e a idade não têm efeito sobre o risco de acesso aos *colleges*.

Na área de ciências sociais, cujos cursos são oferecidos nos dois tipos de instituições com currículos semelhantes, estudantes de pais com menor nível de escolarização e de alguns grupos étnicos desfavorecidos teriam maiores riscos de acesso às instituições menos seletivas, como esperado. Nesta área os resultados quanto à renda não são os esperados - estudantes de maior renda familiar têm maiores chances de frequentar instituições de baixo prestígio, quando são examinados estudantes de mesmo desempenho acadêmico. Os autores sugerem que este efeito representa uma tendência de os estudantes de menor desempenho mas provenientes de famílias economicamente bem estabelecidas optarem por instituições não seletivas que, em grande parte, são instituições privadas com altas mensalidades.

Quanto à área tecnológica, de alta seletividade, os efeitos são semelhantes às ciências sociais somente quanto à educação dos pais. Não são identificadas distinções quanto à etnia nem quanto à renda familiar. Nessa área, tradicionalmente preferida pelos estudantes do sexo masculino, entretanto, as mulheres têm maiores chances de acesso às instituições mais seletivas, o que pode ser considerado como um resultado não esperado. O mesmo resultado é encontrado no modelo que considera, especificamente, a área de artes. Os autores debitam esta preferência das mulheres

pelas universidades, em áreas onde existem cursos cujos currículos são diferenciados entre as instituições, como uma indicação do seu menor interesse pelos aspectos práticos destas áreas de formação, em relação aos homens, embora destaquem que a questão mereceria análises mais profundas.

Nas áreas de direito e arquitetura os resultados indicam que estudantes das universidades e dos *colleges* têm nível socioeconômico semelhante. Na área de negócios, entretanto, estudantes de pais mais educados estão em vantagem em relação ao acesso às universidades, assim como os estudantes de origem judaica, quando comparados aos de origem árabe. Nestas áreas não são registrados efeitos relativos à renda familiar. Finalmente a área de artes apresenta um resultado único entre as áreas de formação – nesta área o desempenho escolar não apresenta efeitos sobre as chances de acesso às instituições mais seletivas.

Como é possível verificar a partir dos resultados acima descritos, a análise da estratificação do ensino superior segundo a dimensão das áreas de formação nos confronta com evidências que requerem análises mais complexas do que os resultados das pesquisas de estratificação segundo a seletividade das instituições. O direcionamento de estudantes de alto nível socioeconômico para áreas de formação de menor retorno econômico e de mulheres para instituições de alto prestígio em áreas de formação tradicionalmente caracterizadas pelas altas taxas de presença masculina são resultados que requerem uma análise mais acurada. De maneira geral, entretanto, estes resultados espelham a necessidade de se considerar, na análise da estratificação horizontal no ensino superior, os efeitos de seleção das áreas de formação de maneira conjunta com a diferenciação institucional. É importante observar que, em relação às áreas de formação, a questão do gênero deve ter especial atenção, assim como as diferenças curriculares entre cursos das mesmas áreas de formação.

## 2.4. Bases teóricas sobre os mecanismos de seleção escolar

As pesquisas empíricas quantitativas sobre os efeitos da expansão educacional sobre as chances de acesso à educação, de forma geral e especificamente aquelas que se orientam pelas hipóteses DSM e DES, têm como marco teórico a teoria da escolha racional, segundo a qual os estudantes e suas famílias baseiam as decisões sobre sua trajetória educacional em avaliações subjetivas de custos e benefícios (Raftery e Hout, 1993), de forma determinante, cabendo à habilidade e ao gosto pessoal um papel modesto nas decisões educacionais. De acordo com essa abordagem, a educação paterna demonstraria seus efeitos nas análises porque pais mais educados teriam boa percepção dos benefícios do prolongamento da trajetória escolar. De forma semelhante, os efeitos do status ocupacional seriam devidos aos diferenciais de retorno entre diferentes ocupações, melhor percebidos pelas famílias das elites socioeconômicas. Esta abordagem tem nos trabalhos de Boudon (1981) uma de suas principais referências.

Segundo as hipóteses DSM e DES, as escolhas educacionais podem ser vistas como uma parcela das estratégias de mobilidade segundo as quais os indivíduos tomam decisões conscientes com a intenção de atingir seu principal objetivo de manter seu status social ou de evitar a mobilidade descendente. Assim, no contexto do ensino superior, os estudantes de famílias de alto status socioeconômico utilizariam suas vantagens para garantir o acesso às instituições e áreas de formação de alto prestígio (Van de Werfhorst e Luijkx, 2005). Esta suposição baseia-se na hipótese de que os estudantes tomam a posição de seus pais como uma referência para seus próprios objetivos e expectativas educacionais (Boudon, 1981).

A teoria da reprodução, baseada na compreensão da ação seletiva dos fatores sociais e escolares decorrentes da apropriação desigual da comunicação pedagógica e a conseqüente acumulação de capital cultural dos estudantes cuja origem social permite o domínio dos códigos específicos do campo educacional, foi uma das principais elaborações teóricas alternativas à teoria da ação racional (Bourdieu e

Passeron, 2000). Sob esta visão, os processos de seleção educacional são o produto da ação contínua do capital cultural e do *ethos* de classe, fatores que definem as posições dos diferentes estratos sociais em relação ao campo educacional. O domínio da linguagem, dos códigos da alta cultura, da cultura escolar e as possibilidades de sua transformação em diferentes tipos de capitais, inclusive o capital econômico (mas não só este como também o capital social e o cultural), permitiriam a reprodução ampliada do capital cultural dos estratos sociais mais privilegiados. Assim, a abordagem da teoria da reprodução romperia com a linearidade do processo de transformação das vantagens dos estratos socioeconomicamente privilegiados da população em relação à esfera educacional em vantagens puramente econômicas, proposta pela abordagem da teoria da escolha racional, pois considera as possibilidades de transações entre as diferentes formas de capital, seja ele econômico, social ou cultural.

Segundo a abordagem da escolha racional, os fatores relativos à renda familiar, à posse de bens econômicos e ao status ocupacional seriam preponderantes na ampliação das vantagens diferenciais em relação à seletividade educacional. Por outro lado, a transformação de tais vantagens em privilégios de caráter socioeconômico, mediada pela educação em instituições e áreas de formação de alto prestígio, no mercado de trabalho, seja em termos de retornos salariais ou de status ocupacional, indicaria o caminho ideal, por sua racionalidade econômica, em termos da manutenção do status social que poderia ser auferida por tais vantagens. Na interpretação da teoria da reprodução, o capital cultural teria lugar de destaque como fator diferencial na obtenção de vantagens educacionais, embora o capital econômico e social também devam ser considerados, seja pela possibilidade de correlação entre as diferentes formas de capitais, seja pelas possibilidades de conversão entre eles. Além disso, as escolhas educacionais devem levar em conta a valorização de trajetórias no mercado de trabalho não somente por suas possibilidades de alcance de altos níveis salariais ou de status social, mas porque se destacam também por seu valor no campo cultural, principalmente quando relacionadas à alta cultura.

Entretanto, vale destacar que o diálogo do conjunto dessas investigações empíricas com tais fundamentos teóricos acerca dos mecanismos de seleção escolar não parece ser extenso. Estas pesquisas, tipicamente, não contemplam em seus modelos a exploração de variáveis com objetivo de esclarecer os mecanismos de seleção escolar neste nível de detalhe. As variáveis mais utilizadas para a aferição dos efeitos das características sociais das famílias dos estudantes são a renda familiar, o status ocupacional e a escolaridade dos pais. Estas variáveis, compatíveis com os estudos baseados em comparações internacionais, não são aparentemente bem adequadas para a investigação dos mecanismos de seleção, sejam baseados na teoria da escolha racional ou na teoria da reprodução do capital cultural. Em ambos os casos, sem descartar a importância deste grande conjunto de pesquisas empíricas, seus achados referem-se, exclusivamente, aos efeitos macrosociais das variáveis analisadas, no caso a renda, do status ocupacional e a escolaridade dos pais, sem contribuírem decisivamente para as discussões teóricas que as precederam e que ainda as perpassam atualmente.

Os trabalhos de Graaf et al. (2000) e Graaf e Graaf (2001, 2002) são exemplos de exceções a essa regra, no contexto das pesquisas sobre a diferenciação vertical. Com o objetivo de investigar comparativamente as influências do capital cultural, tendo como referência os trabalhos de Bourdieu, e da escolha racional, com relação às proposições de Boudon, em seus efeitos sobre as oportunidades educacionais, os autores propõem uma análise onde são incluídas variáveis que procuram explorar de forma mais ampla aspectos relacionados às duas concepções teóricas. Os autores utilizam variáveis construídas a partir de itens referentes aos hábitos de leitura familiares e à participação em atividades relacionadas com a alta cultura (frequência a museus, teatros e concertos) para definir uma escala de capital cultural. Como fatores observáveis de posse de capital socioeconômico, a escala proposta inclui itens relacionados à posse de bens e aos dispêndios em atividades de lazer e com empregados domésticos. Os resultados da pesquisa indicam uma maior importância dos fatores culturais em comparação com os fatores econômicos e a robustez da escala de hábitos de leitura na predição das chances de acesso ao ensino superior.

Considerando a diferenciação horizontal, sob enfoque original no contexto das pesquisas sobre estratificação educacional, Van de Werfhorst et al (2001) propõe que a seleção social entre áreas de formação é orientada pelo domínio das ocupações da família, e que este efeito é mais significativo entre os estratos privilegiados de estudantes. Baseado em modelos de afinidade entre a escolha das áreas de formação e a ocupação paterna, os resultados apontam que a associação entre as escolhas dos estudantes e o perfil ocupacional da família é relevante e que vem se tornando mais significativo ao longo do tempo. O autor verifica que, por exemplo, também entre estudantes holandeses, aqueles provenientes de estratos sociais desprivilegiados têm alta representação nas áreas de engenharia e economia, enquanto estudantes das elites econômica e cultural preferem as áreas relacionadas com as ocupações familiares, onde a reprodução de seu capital cultural e social seria mais propícia. Considerando que a engenharia e economia são áreas de alta seletividade em termos de desempenho acadêmico, os resultados indicam que estudantes não privilegiados em termos socioeconômicos mas de alta proficiência podem mobilizar suas vantagens acadêmicas para o acesso às profissões de maior retorno socioeconômico, enquanto os estudantes de perfil mais elitista dirigem-se a outras áreas de formação. Van de Werfhost, Sullivan e Cheung (2003) incorporam em sua análise sobre a escolha das áreas de formação o desempenho em diferentes áreas na educação fundamental, como matemática e leitura, e do ensino médio, como humanidades, ciências e ciências sociais, e concluem positivamente sobre seus efeitos. Assim, o desempenho acadêmico seria uma variável importante para a análise da estratificação no nível de ensino superior.

Na mesma direção, como vimos anteriormente, a não linearidade entre nível socioeconômico e a escolha de áreas de formação de maior prestígio socioeconômico aparecem nos resultados dos estudos empíricos sobre a diferenciação horizontal no ensino superior, e dão margem para a comparação destas propostas teóricas. Por exemplo, Davies e Guppy (1997) levantam a hipótese de que estudantes de alto nível socioeconômico podem ter por opção frequentarem cursos de áreas de formação com baixo retorno econômico, mas, entretanto, de perfil mais cultural do que profissional ou técnico. Os autores também sugerem que isto poderia ser explicado pela teoria da

reprodução de Bourdieu, destacando que a relação entre status socioeconômico e a busca por carreiras de alto retorno econômico não é perfeitamente linear, e assim nem todos os estudantes das elites econômicas teriam como estratégia educacional o acesso preferencial às áreas de formação lucrativas. Assim também como no caso do efeito de superseleção de estudantes de origem popular, descrito por Bourdieu (1998), que propõe que é possível até mesmo a inversão das relações diretas entre a posse de capital cultural, indicado pela profissão do pai, e o grau de êxito escolar, devido aos efeitos sucessivos da seleção ao longo dos níveis escolares, que confere aos sobreviventes (portadores de características compensatórias, entre estas o desempenho, que lhes permitiram avançar nas trajetórias mais valorizadas) maiores chances de sucesso onde estas são menos esperadas.

Assim, pode-se concluir que as análises da estratificação horizontal no ensino superior que consideram a dimensão das áreas de formação requerem trabalhos empíricos mais apurados e instrumentos teóricos que considerem a dimensão cultural das escolhas educacionais e do processo de seleção escolar, uma vez que os resultados da observação indicam tendências não lineares na relação entre a origem social e as características individuais dos estudantes e sua estratificação educacional, tendo em vista somente a previsão dos retornos econômicos das carreiras profissionais. Assim, a busca por indicadores do capital cultural é relevante para a especificação dos modelos e as considerações sobre trajetórias inesperadas perante a análise de custos e benefícios individuais do investimento escolar são essenciais para as pesquisas que operam com a diferenciação horizontal em suas duas dimensões.